

PUC-SP CONTRIBUI COM A BIBLIOTECA DA PASTORAL DO Povo DA RUA

No dia 01/07, foi inaugurada, no bairro da Mooca, a Biblioteca Wilma Lancellotti, destinada aos moradores em situação de rua.

A nova biblioteca é uma iniciativa do Padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo.

A APROPUC realizou uma campanha de doação de livros para a nova biblioteca que arrecadou mais de 1.000 volumes que foram entregues à pastoral. Falando sobre o

novo espaço, o Padre Julio declarou que “O principal da biblioteca não é só ter os livros e os leitores, mas ter o carinho do acolhimento. É ler com afeto, ler sabendo que é amado, acolhido e respeitado”.

A APROPUC permanece aberta a novas doações que poderão ser encaminhadas à Rua Bartira, 407, para posterior envio à biblioteca Wilma Lancellotti, que fica na rua Sapucaia, 36, no bairro da Mooca, Zona Leste da capital.

Na oportunidade da entre-



Na sede da APROPUC as caixas com os livros doados

ga dos livros o presidente da APROPUC, João Batista Teixeira, endereçou uma

mensagem ao Padre Júlio Lancellotti, que reproduzimos abaixo.

Carta da APROPUC ao Padre Júlio Lancellotti

São Paulo, 1º de julho de 2025
Estimado Pe. Júlio Lancellotti,

A diretoria da APROPUC-SP – Associação de Professores da PUC-SP –, sensibilizada com seu projeto de leitura junto à população de rua, deu início a uma campanha de doação de livros nos últimos meses em nosso jornal sema-

nal PUCViva, junto à comunidade puquiana: professores, estudantes e funcionários.

A comunidade, firme discípula de Paulo Freire, que sempre defendeu o caráter transformador e emancipador da Educação, nos respondeu.

Desta forma, estamos encaminhando livros de várias áreas do saber, de literatura e

de puro entretenimento, bem como obras infantis, para que seu trabalho possa florescer junto à essa população tão sofrida, ignorada pelo poder público e que encontra nas suas mãos alimento e esperança para superar as dificuldades de suas vidas. Desejamos que os livros que reunimos possam ser instrumento, alimento e

esperança para o espírito dessas mulheres, homens, jovens, população LGBTQIAPN+ e crianças e que encontrem forças para se transformar, superar obstáculos e se emancipar. Um afetuoso abraço e sucesso em mais esse projeto que visa a valorização do humano!

João Batista Teixeira da Silva

REUNIÃO ABERTA DOS PROFESSORES



DIA 19/8 - ÀS 16H30 - ONLINE

PAUTA: ✓ Contratos Docentes

O link para participar da reunião aberta será enviado por e-mail para os professores.
Caso você não tenha recebido entre em contato com a APROPUC pelo tel (11) 3872-2685

PUC-SP tem aula inaugural do curso de Letramento Racial

Na quinta-feira, 31/06, no auditório 333, aconteceu a aula inaugural do curso de Letramento Racial na PUC-SP. O debate contou com a presença do reitor Vidal Serrano, Profa. Dra. Myrt Cruz, e como convidada especial para ministrar a aula, da Profa. Maria Ribeiro (cientista social, doutora em comunicação e semiótica, cuja trajetória acadêmica em militância contribuiu para os debates sobre raça, gênero, justiça social e enfrentamento do racismo estrutural).

Racismo antinegro e racismo anti-indígena estão presentes em todas instituições brasileiras, segundo a Profa. Maria Ribeiro. Os negros já são violentados ainda no útero, por meio da violência obstétrica, que é a primeira de muitas violações de direitos que o negro irá enfrentar. Diante



Na mesa do evento, o reitor, professor Vidal Serrano, a pró-reitora de Cultura e Relações Comunitárias, Myrt Cruz e a expositora, professora Maria Ribeiro.

disso, a professora afirma que uma sociedade que liquida a diferença, não é um bom lugar para se viver. Por isso, pessoas de raças e gêneros diferentes devem lutar para o direito em comum à existência.

A convidada conclui que instituições de ensino não devem apenas ensinar sobre a diferença em sala de aula, mas

praticá-la e defendê-la. É preciso escutar as demandas dos discentes e contratar docentes negros, indígenas, trans, neurodiversos, etc.

O evento marcou o início de um ciclo informativo que faz parte da agenda antirracista da universidade, em resposta aos compromissos assumidos com o movimento estudantil.

A finalidade é criar uma universidade mais justa, crítica e plural, em resposta às manifestações feitas pelos alunos da PUC. Segundo o reitor, a universidade tem como objetivo superar falhas e ser modelo para as outras instituições, e levar adiante não só o letramento, mas outras ações concretas.

Plebiscito discute redução da jornada de trabalho

Organizações sociais e partidos progressistas estão organizando um plebiscito popular, como uma forma de consulta para saber a opinião da população sobre a redução da jornada de trabalho e a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

Na PUC-SP, o Coletivo Graúna, composto por militantes do PT, está trazendo urnas para a Praia do Campus Monte Alegre para a votação da comunidade.

No Brasil, o principal modelo de trabalho estabelece a jornada 6 x 1, que estipula que o empregado trabalhe por seis dias, geralmente com jornadas de 7 horas e 20 minutos, totalizando 44 horas semanais, e folgue um dia, que geralmente é o domingo.

A jornada de 6 x 1 constitui uma grande perversidade do sistema capitalista, que explora o trabalhador. Hoje estudos comprovam que o tempo escasso para o descanso pode

causar danos à saúde física e mental, além de afetar a vida social e familiar. Levando à fadiga crônica, aumento do estresse, problemas de sono e maior risco de acidentes de trabalho. A longo prazo, pode gerar problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e *burnout*. Além disso, a escala 6x1 reduz o tempo livre para lazer, convívio social e atividades familiares, impactando negativamente a qualidade de vida.

Diversos países da Europa como a Alemanha, França, e Suíça, adotaram modelos alternativos de jornada de trabalho, com redução do tempo gasto pelo trabalhador, sem que fossem registradas perdas nos lucros empresariais. No Brasil, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) protocolou uma emenda à Constituição que reduz o limite de horas semanais trabalhadas no Brasil, a fim de permitir o modelo de quatro dias de trabalho.

FALA COMUNIDADE

“Não sou pardo, sou indígena”

A autodeclaração como trincheira de sobrevivência

“Não é a primeira vez que profetizam nosso fim; enterramos todos os profetas” (Ailton Krenak)

Sassá Tupinambá

Em 2011, poucos meses após a sanção do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), Giva e eu criamos nas redes sociais a campanha “Não Sou Pardo, Sou Indígena”, como resposta direta ao enquadramento etnocida promovido pelo Estado brasileiro. O Estatuto havia fundido a categoria “pardo” à identidade “negra”, transformando em política pública o que, na prática, significava o apagamento das identidades indígenas — sobretudo daquelas situadas fora dos territórios oficialmente demarcados ou em retomada. A campanha nasceu como denúncia e reafirmação: não se tratava de uma questão cromática, mas de uma disputa profunda por memória, pertencimento e sobrevivência.

A frase-síntese que nomeia a campanha passou a circular em materiais educativos, memes, vídeos e rodas de conversa, e se tornaria, anos depois, popularizada nacionalmente, como título do Seminário e por Ailton Krenak ao abrir esse seminário virtual transmitido pela TV Tamuya, em 2021. Ali, em rede nacional, Krenak repetiu: “Não sou pardo, sou indígena” — uma recusa categórica ao apagamento que há séculos atravessa censos, registros civis, políticas públicas e discursos acadêmicos. A frase, que já era bandeira de luta desde 2011, tornou-se palavra de ordem coletiva.

Pardismo: um dispositivo de desindianização

O conceito de pardismo tem sido utilizado por pesquisadores e juristas indígenas para nomear o dispositivo colonial e burocrático que produz o apagamento de povos originários através da diluição estatística de suas identidades. O jurista indígena Sérgio Pessoa Ferro, em diálogo com outros estudiosos indígenas contemporâneos, tendo como parceiro intelectual o pesquisador indígena, Givanildo Manoel, Giva, relembra que a categoria “índio” foi eliminada do Censo de 1872, sendo substituída por rótulos como “caboclo” ou “mestiço”. O apagamento operado pela estatística oficial contribuiu diretamente para legitimar a usurpação de terras, a desmobilização de coletivos indígenas e a criminalização de suas formas de vida.

A partir da segunda metade do século XX, a noção de “pardo” ganhou centralidade nos mecanismos de classificação racial do Estado. Com o Estatuto da Igualdade Racial, a associação automática entre “pardo” e “negro” passou a embasar políticas de ação afirmativa, como as cotas em universidades e concursos públicos. O problema, como apontam diversos autores indígenas, está na invisibilidade forçada: o Estado não reconhece a diversidade étnica dos povos originários que estão nos espaços urbanos e, ao confundir identidade étni-

ca com cor de pele, continua perpetuando o etnocídio por assimilação.

Muitos indígenas que vivem fora dos territórios reconhecidos — em favelas, periferias, cidades médias, ribeirinhos, fundo de fazenda e regiões de fronteira — foram estatisticamente absorvidos como “pardos”. E mais: os que resistem e reivindicam sua identidade indígena são, com frequência, acusados de fraude, exigindo-se deles documentos históricos, que o Estado nem pode expedir, laudos antropológicos e “traços físicos” compatíveis com uma caricatura colonial do que é ser indígena. Essa lógica foi institucionalizada, por exemplo, pela Resolução nº 04/2021 da Funai, que restringia o reconhecimento a critérios fenotípicos, contrariando normas internacionais como a Convenção 169 da OIT.

Autodeclaração é direito fundamental

Estudos jurídicos recentes, como os de Pedro Pulzatto Peruzzo (PUC Campinas), têm reiterado que a autodeclaração é um direito fundamental da pessoa humana, protegido por tratados internacionais e pela Constituição Federal de 1988. A autodeclaração é o ponto de partida para o acesso a políticas públicas específicas, mas também é um exercício de soberania epistêmica — um gesto político de rompimento com as amarras coloniais da classificação.

A Campanha “Não Sou Par-

do, Sou Indígena” contribuiu ativamente para popularizar esse entendimento. Materiais educativos foram amplamente distribuídos explicando como proceder para se autodeclarar indígena em cadastros do SUS, do Enem, da universidade e em outros sistemas públicos. A campanha não só deu visibilidade à problemática do pardismo, como também empoderou comunidades e famílias que haviam sido silenciadas por décadas — às vezes por gerações.

O reflexo foi sentido no Censo Demográfico de 2022: o número de indígenas cresceu expressivamente, especialmente em zonas urbanas. Segundo dados preliminares, mais de 1,6 milhão de pessoas declararam sua identidade indígena, um crescimento de mais de 90% em relação ao censo anterior. Isso não significa que houve “mais nascimentos”, mas sim mais coragem, mais reconhecimento e mais organização dos coletivos, grupos e associações de indígenas em contextos urbanos.

O fato é que, não existe a possibilidade de ser indígena, no Brasil, sem ser pela autodeclaração, assim todos os indígenas que estão em território brasileiro, são indígenas autodeclarados, pois ninguém e nenhum órgão tem a prerrogativa de dizer quem é indígena ou quem não é indígena.

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

A visibilidade da retomada identitária

Em abril de 2021, o canal TV Tamuya transmitiu o seminário “Não Sou Pardo, Sou Indígena”, com mesas temáticas ao longo de sete dias e dezenas de convidados de todo o país. As discussões abordaram a construção colonial da ideia de “pardo”, os dilemas da autodeclaração, as políticas públicas de invisibilização e os caminhos da espiritualidade indígena como instrumento de resistência. O evento deu escala nacional à campanha iniciada uma década antes

e consolidou uma narrativa coletiva construída por muitas vozes — de advogados, comunicadores, lideranças, artistas e educadores.

A abertura com Ailton Krenak, foi simbólica e poderosa. Mas o que se viu ali foi, sobretudo, a expressão de um movimento histórico: povos, indivíduos e coletivos que se recusam a aceitar a identidade “parda” como forma de encaixe social e exigem o direito de existir como são — indígenas, com memória, cultura, espiritualidade, língua e território. Hoje, os frutos dessa mobilização já se manifestam em diversas frentes: aumento do número de estudantes indígenas nas universidades, mudanças em editais públicos que passaram a reconhecer

autodeclarações baseadas em pertencimento coletivo, fortalecimento de coletivos de comunicação indígena, entre outros.

A campanha transformou-se em pedagogia, em política e em denúncia internacional — articulando-se com lutas de outros povos também submetidos a dispositivos de invisibilidade estatal.

“Não sou pardo, sou indígena” é mais que uma frase: é um ato de insubmissão ao etnocídio. Nasceu de uma urgência histórica e foi alçada a palavra de ordem por uma geração que entendeu que os formulários do Estado também são territórios de disputa. Recusar o rótulo imposto é uma forma de retomada. É inscrever no presente aqui-

lo que tentaram enterrar no passado: a certeza de que estamos vivos, conscientes e em movimento — não buscando aceitação, mas exigindo respeito e reconhecimento como povos originários deste território chamado Brasil.

Sassá Tupinambá é liderança indígena, militante no movimento indígena, membro da CAPISP, educador popular, Educador Socioambiental, Terapeuta Naturopata, pesquisador no Núcleo Opará/ CLAEDES/FLACSO, Coordenador do NEARME-POT, Coordenador da TV Tamuya, radioamador e ex-aluno de Serviço Social da PUC-SP

Prezado colega Professor(a)

Renove a sua adesão ao quadro Associativo da APROPUC!

Ainda não é associado? Associe- se já!

A Fundasp, a partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância anualmente.

No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e envie para apropuc@uol.com.br.

br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. Nos últimos anos, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores.

A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e estudantes, reverteu a tentativa, por

parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas.

No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação. A sobrevivência financeira da

APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem. A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC!
ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone/WhatsApp: 11-3872-2685.

Diretoria da APROPUC

Ainda há docentes credores de dívidas trabalhistas da PUC-SP

Mais de 400 professores integram uma lista, em poder do Sinpro-SP, com créditos a receber pelas dívidas trabalhistas da PUC-SP.

No ano de 2005, a PUC-SP deixou de incorporar aos salários docentes o dissídio de 7,66% que, por lei, deveriam ser acrescidos aos salários docentes. Em 26 de abril de 2010, a APROPUC, por meio do Sinpro-SP, entrou na Justiça do Trabalho para ver incorporados aos salários o índice expurgado, bem como os valores retroativos que dei-

xaram de ser recebidos pelos trabalhadores.

Em 10 de março de 2015, os professores que ingressaram na Justiça aprovaram o acordo para a quitação da referida ação trabalhista, que implicava no pagamento total de R\$ 30 milhões, em 120 parcelas mensais.

Os professores que já haviam feito acordo com a PUC-SP foram posteriormente incluídos nos recebimentos. Os valores foram repassados mensalmente pela FUNDASP ao Sinpro-SP que pa-

gou os docentes.

Entretanto, mais de 400 professores que teriam direito ao recebimento não se manifestaram, sendo que o montante desses valores ainda continua em posse do sindicato.

Apesar das diversas tentativas de contato, tanto do Sinpro-SP como da APROPUC, muitos desses professores, ou em caso de morte de seus familiares, não se pronunciaram. O Sinpro-SP está disponibilizando um endereço eletrônico para que os docentes entrem em conta-

to. Os contatos podem ser feitos através do link www.sinprosp.org.br/processos, onde o docente será comunicado se tem direito ou não ao pagamento.

A APROPUC também tem a lista com os nomes dos professores com créditos a receber, e encaminhou correspondência a todos cujos contatos conseguiu obter. Caso você era professor da PUC-SP em 2005, e ainda não recebeu os valores mencionados, consulte a secretaria da APROPUC para obter mais informações.

Dia do professor passará a ser feriado no ensino superior de São Paulo

A Convenção Coletiva dos professores do ensino superior de São Paulo, celebrada em 01/07/2025, entre os Sindicatos da base da Fepesp e as mantenedoras, estabelece em sua cláusula 44 o Dia do Professor, quando a data será considerada feriado escolar para os docentes do ensino superior.

A cláusula ainda estipula

que “a critério da MANTENEDORA, a folga do PROFESSOR nesse dia poderá ser alterada, desde que concedida na mesma semana, ou na semana anterior em que ocorrer o feriado”.

O calendário escolar da PUC-SP ainda não foi modificado para inclusão do feriado. Aguardamos que

a reitoria faça a alteração para a inclusão deste feriado.

Reajuste salarial

A Fundasp efetuou o reajuste nos salários de seus trabalhadores, bem como o pagamento das diferenças salariais decorrentes dos meses entre o final da data-base (28/02/2025) e

a assinatura da Convenção Coletiva. Resta ainda o reajuste, até o 5º dia útil de fevereiro de 2026, da parcela de 12% da remuneração mensal bruta devida em 1º de janeiro de 2026, que deverá ser paga em forma de abono ou Participação nos Lucros e Resultados.

Programação

9h às 12h | Mesa I - Trabalho, precarização e subjetividade

Palestrantes
Ricardo Antunes - UNICAMP
Odair Furtado - PUC-SP

Comentadores
Márcio Farias - PUC-SP
Ruy Braga - USP

17h às 21h | Mesa II - As novas relações entre trabalho vivo e trabalho morto (IA)

Palestrantes
Thais Lapa - ABET/UFSC
Roseli Figaro - CPCT/ECA-USP
Luis Gonçalves - CPCT/NUTAS
Luci Praun - GPMT/UNICAMP/UFABC

seminário
A Classe que vive do trabalho e sua dimensão subjetiva

13 de agosto de 2025 | PUC-SP - Auditório 239
2º andar | Inscrições no local